

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 729.765 - DF (2015/0143347-7)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF
ADVOGADOS : NOELI ANDRADE MOREIRA - MG062050
LUIZ ANTÔNIO MUNIZ MACHADO E OUTRO(S) - DF000750A
AGRAVADO : RUY FERREIRA BORGES
AGRAVADO : WÂNIA NUNES REGO
ADVOGADOS : SEBASTIÃO MORAES DA CUNHA E OUTRO(S) - DF015123
ANDREIA CRISTINA MONTALVAO DA CUNHA - DF021674
CARLA BRAGA DOS SANTOS TEIXEIRA - DF045833

DECISÃO

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DEFINITIVO DE SENTENÇA. LEVANTAMENTO DOS VALORES DEPOSITADOS. POSSIBILIDADE. PLANILHA DE CÁLCULOS EXAMINADAS NO JUÍZO A QUO E POR ESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

1. Conquanto esta Relatoria já tenha se pronunciado quanto à impossibilidade de levantamento de quantias incontroversas, notadamente de valores de grande monta, em que eventual equívoco nos cálculos poderá causar um grande prejuízo à parte, o certo é que, na hipótese em exame, não há razões para o indeferimento do aludido levantamento.

2. Na hipótese em exame, a ora agravante já interpôs dois Agravos de Instrumento (autos de n. 2013002020951-2 e 2014002009573-5), sendo que o primeiro não foi provido, e o segundo não foi sequer admitido.

3. Deveras, o v. acórdão manteve a r. decisão que homologou os cálculos elaborados pela Contadoria Judicial, tendo a impugnação apresentada pela ora agravante sido devidamente apreciada, tanto no Juízo a quo, como por esta Corte de Justiça.

4. Agravo de Instrumento conhecido e não provido.

Alegou-se, no especial, violação dos artigos 535, 475-O, III, e 475-J do revogado Código de Processo Civil, sob o argumento de que o acórdão local é omissivo, que pende recurso na impugnação de sentença a obstar o levantamento de valores depositados em juízo sem a devida prestação de caução e que não pode ser compelido a pagar honorários se ainda não há trânsito julgado da referida impugnação.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Não é omissivo, nem carece de fundamentação a decisão judicial que, embora decida em sentido contrário aos interesses da parte, examina suficientemente as questões que lhe foram propostas adotando entendimento que ao órgão julgador parecia adequado à solução da controvérsia.

Assim:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REGULAR PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INÉPCIA DA INICIAL. HONORÁRIOS. COMPENSAÇÃO.

1. Ausência de violação dos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil, pois, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada.

2. Inviabilidade de acolher a alegação de inépcia da inicial, pois a convicção formada pela Corte local decorreu dos elementos existentes nos autos, os quais não são possíveis de ser reexaminados nesta via especial. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. Fixada a compensação de honorários na vigência do CPC/1973, deve ser mantida já que acolhida até então pelo ordenamento jurídico, conforme elucidado no enunciado da Súmula n. 306/STJ, tendo em vista que a sucumbência é regida pela lei vigente à data da deliberação que a impõe ou modifica.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1131853/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 8/2/2018, DJe 16/2/2018)

Quanto à prestação de caução, se a execução é definitiva, não há a exigência legal de sua prestação.

Superior Tribunal de Justiça

Assim:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DEFINITIVA. ATUALIZAÇÃO DA CONTA DE LIQUIDAÇÃO. PENDÊNCIA DE RECURSO COM EFEITO DEVOLUTIVO. LEVANTAMENTO DAS VERBAS SEQÜESTRADAS INDEPENDENTE DE CAUÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. Comprovado nos autos o trânsito em julgado da decisão que concedeu benefício acidentário ao recorrido, o levantamento da quantia seqüestrada em execução definitiva independe de caução, ainda que pendente de recurso a decisão de atualização da conta.

2. Recurso não conhecido.

(REsp 136.559/SP, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, julgado em 21/09/1999, DJ 18/10/1999, p. 250)

No que toca ao cabimento dos honorários advocatícios, tal questão não foi examinada no Tribunal distrital e nem foi objeto dos embargos de declaração.

Inafastável, pois, a incidência dos enunciados n. 282 e 356 da Súmula do Supremo Tribunal Federal e 211 do Superior Tribunal de Justiça.

Diante do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora